



Moçambique: potencial em perspectiva

José Manuel Ribeiro/Reuters

Convidados

TIAGO MARREIROS MOREIRA E ANA RITA CAMPOS



A visita a Portugal do Presidente moçambicano, Armando Emílio Guebuza, constitui um óptimo pretexto para olhar de perto, não apenas as relações económicas que ligam Portugal e Moçambique e os desafios e oportunidades que se colocam aos empresários dos dois países, mas também o interesse crescente manifestado por outros países em investir e apoiar iniciativas naquele país africano.

No quadro da sua política de cooperação financeira, o Estado português vem promovendo diversas iniciativas tendo em vista o financiamento de projectos de investimento em sectores estruturantes da economia moçambicana, com a qual Portugal mantém relações privilegiadas de cooperação.

Neste âmbito, foi criado o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique com o objectivo de promover o financiamento de projectos de investimento e de parcerias estratégicas, designadamente nas áreas da energia, do ambiente e das infra-estruturas, por parte de empresas portuguesas, de empresas participadas por empresas portuguesas ou que envolvam a aquisição de bens e serviços portugueses.

Este Fundo, com a duração prevista de 15 anos, será gerido pela SOFID (Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento) e é dotado de um capital correspondente a 124 milhões de dólares norte americanos, cabendo ao respectivo regulamento de gestão estabelecer, designadamente, os procedimentos de acesso e de utilização dos recursos obtidos no seu âmbito.

Adicionalmente, o alargamento da linha de crédito concessional e a criação de uma linha de crédito comercial e de um banco de fomento, cuja constituição deverá ocorrer até ao final de 2010, consubstanciam importantes motores do envolvimento comercial e de investimento entre Portugal e Moçambique.

A linha de crédito concessional, aumentada recentemente para um montante total de 400 milhões de dólares norte americanos visa financiar projectos de investimento em infra-estruturas, assim como em empresas na área da energia, dos transportes, da saúde, da educação, da formação de capital humano, bem como na exportação de equipamentos e serviços de origem portuguesa e materializa-se na concessão de empréstimos pela Caixa Geral de Depósitos, com reembolso a 30 anos e previsão de um período de dez anos com carência de capital que beneficiam de garantia do Estado português.

Esta linha de crédito vai igualmente proporcionar ao Banco Comercial e de Investimento, S.A., banco moçambicano participado pela CGD, a possibilidade de aumentar o seu capital social, permitindo reforçar a presença da CGD em Moçambique, o que terá um impacto directo no apoio local aos projectos de desenvolvimento levados a cabo por investidores portugueses.

A linha de crédito concessional junta-se ainda uma linha de crédito comercial, num montante máximo de 300 milhões de euros, a qual se destina igualmente ao financiamento de projectos de investimento em infra-estruturas em Moçambique, nas

áreas da energia, transportes, comunicações, saúde, educação, formação de capital humano, tecnologias da informação e educação científica e tecnológica, por empresas portuguesas. O acordo relativo a esta linha comercial foi subscrito por ambos os governos, pela CGD e pelo BCI, veículos através dos quais, também neste caso, o crédito em causa será concedido.

Já o futuro banco luso-moçambicano pretenderá incentivar a criação de parcerias empresariais bilaterais, nomeadamente no sector das infra-estruturas (relativas áreas da saúde, energia, educação) e na formação dos recursos humanos. O objectivo é que cerca de metade destes projectos sejam promovidos por empresas portuguesas. Com sede em Maputo, este banco será detido, em partes iguais, pela CGD e pela Direcção Nacional do Tesouro moçambicano.

Com um percurso notável nos domínios político, económico, financeiro e empresarial, Moçambique tem sido avaliado pela comunidade internacional e, em particular, pelas instituições de cooperação multilateral e bilateral como um dos países de topo beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento no qual vale a pena apostar.

É neste contexto que se enquadram diversas iniciativas de apoio internacional a Moçambique, de entre as quais destacamos, pela sua actualidade, o lançamento (previsto para o quarto trimestre de 2010) de grande parte dos concursos internacionais para a adjudicação de obras de construção naquele país, no âmbito do programa Millennium Challenge Account Moçambique, financiado pelo

Governo norte-americano, no valor global de 506.9 milhões de dólares norte americanos e com a duração prevista de cinco anos.

As oportunidades que se abrem a empresas de construção civil estrangeiras e a consórcios com empresas moçambicanas no quadro desta iniciativa são inúmeras, esperando-se que, à semelhança do que aconteceu noutros projectos integrados no MCA, também estes concursos sejam conduzidos obedecendo os princípios de abertura, justiça, competitividade e transparência.

Tendo actualmente como sectores económicos mais promissores os sectores das infra-estruturas e imobiliário, mineiro, agrícola, agro-pecuário, energético e turístico, a evolução dos quais faz prever o crescimento de grandes oportunidades no sector industrial, vislumbra-se grandes investimentos em Moçambique susceptíveis de alavancar a atractividade da economia do país relativamente a empresários e investidores estrangeiros. Entre estes, os investidores portugueses parecem reunir as condições necessárias para se destacar num futuro próximo. Não apenas impulsionados pelos incentivos aqui enumerados e pelas excelentes relações política, económica e comercial entre Moçambique e Portugal, mas também devido à existência de uma língua comum e de laços histórico-culturais, indiscutivelmente facilitadores de um ambiente de negócios bilateral profícuo.

Tiago Moreira é sócio da VdA Ana Rita Campos é Associada Coordenadora, destacada agora na FBLP a representar a VdA